aPUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

INFORMATIVO

Nº 01 JANEIRO DE 2002

Reunião do Setor das IFES da ANDES-SN

Nos dias 5 e 6 de janeiro de 2002, ocorreu, em Brasília, a reunião do setor das federais da Andes-SN com a pauta: Informes; Avaliação da greve e seus desdobramentos; prestação de contas do CNG e encaminhamentos.

Os informes prestados foram:

1- Foi encaminhado, em 27 de dezembro de 2001, ao Ministro Paulo Renato, ofício solicitando o agendamento das mesas de negociação, previamente estabelecidas no acordo de saída da greve. Porém, até a data presente não há resposta.

2- Dia 11 de janeiro está agendada reunião ANDES, FASUBRA e SINASEFE, com o intuito de articular as três entidades para o trabalho nas mesas de negociação com o governo.

3- Anunciada a realização do 4º CONED (4º congresso Nacional de Educação) em São Paulo no período de 23 a 26 de abril de 2002 cujo tema será **"Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível.**

4- "Foi distribuído e está à disposição de todos :

a) Lei nº 10.331, que trata da revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais que será de 3,5% .

b) Oficio da ANDIFES contendo análise política do período da greve e solicitando a divulgação do mesmo.

5 – Na avaliação da greve, foi discutido também documento da assessoria jurídica nacional informando a edição da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro , que estende o índice de 3,17% referente à mudança da URV para o Real aos servidores do Executivo. A AJN não recomenda qualquer acordo com o governo uma vez que a maioria dos sindicatos tem processos em tramitação, com grandes chances de êxito.

6- Na prestação de contas do CNG, a discussão girou em torno da mudança do índice de repasse pelas AD's ao CNG. Constatou-se que há um saldo positivo em torno de 50 mil reais, na conta do CNG.

7- Nos encaminhamentos, indicou-se por enviar para deliberação no congresso, as questões pertinentes ao financeiro e à carreira docente, além de um texto de avaliação do final da greve.

GT Carreira reúne-se e discute regulamentação da GID

Reunido nos dias 12 e 13 de janeiro de 2002, em Brasília, o GT Carreira teve como ponto exclusivo de pauta a regulamentação da GID. O encontro contou com a participação de representantes das diferentes seções sindicais, que têm em seus quadros docentes da carreira de Magistério de 1º e 2º graus. Após intensas análises e discussões à luz de leis e decretos para regulamentação da GID, foi construído um documento preliminar, que será encaminhado e discutido no Setor das Federais, SINASEFE, FASUBRA, CONCEFET e ANDIFES. Se aprovado pelas bases, este documento será apresentado ao MEC como uma proposta dos Sindicatos para a regulamentação da GID em nível nacional. Quanto à retroatividade da GID a 1º de janeiro de 2000, será objeto de estudo jurídico da ANDES/SN e, somente após análise, o Sindicato definirá a melhor forma de conduzir a questão.



Comissão da GID

A comissão institucional responsável pela elaboração dos critérios e avaliação dos relatórios docentes para a concessão da GID na UFMG foi constituída pelos professores Giovane Azevedo (COLTEC), Maria Inez de Melo Toledo (COLTEC), Lísia Maria (CP), Jussara Jardim (NCA) e Miriam Tavares (TU).

Tomando como base a legislação vigente e os critérios já utilizados pela UFMG para a concessão da GED, foi redigido um documento que permitiu a aferição de pontos pelas atividades desempenhadas pelos docentes da carreira de 1º e 2º graus no ano de 2001. As atividades descritas nos critérios contemplam as especificidades destas unidades e foram divididas entre didáticas e participação dos docentes em programas e projetos de interesse da instituição.

Os trabalhos da comissão foram concluídos no final de dezembro de 2001. Algumas alterações deverão ser feitas em função das discussões ocorridas no evento realizado em Brasília nos dias 12 e 13 de janeiro, quando foi discutida a regulamentação da GID pelas diversas associações docentes presentes.

O trabalho da comissão foi orientado pela CPPD, na pessoa de sua presidente Maria Elisa.

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 99/01

PRESIDENTE: Beatriz Couto

1°. VICE-PRESIDENTE: Ciomara Nunes

2°. VICE-PRESIDENTE: Rodney Saldanha

1°. SECRETÁRIO: Délcio Salomon

2°. SECRETÁRIO: José Antônio Armanelli

1°. TESOUREIRA: Otávia Fernandes

2°. TESOUREIRA: Rosângela Carrusca

1°. SUPLENTE: Maria Inês Toledo

2°. SUPLENTE: Juliana Bastos

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Murilo Marques Gontijo
Reg. Prof. 4876/MG

Editoração: Mary O. Assis

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70 São José/Pampulha CEP 31275-020 - BH/MG

Tel: (0xx31) 3441-7211
Fax: (0xx31) 3441-1303

e-mail: apubh@apubh.org.br
home page: www.apubh.org.br

Revista Universidade e Sociedade

O tema central da próxima edição da revista *Universidade e Sociedade* será "A greve e os limites da institucionalidade brasileira". Outros artigos serão aceitos, mas tendo sempre presente a centralidade do tema.

Outras informações no site da ANDES: www.andes.org.br ou pelo e-mail: andes-sn@andes.org.br

21° Congresso da ANDES-SN

No período de 23 a 26 de fevereiro, na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estará acontecendo o 21º Congresso da ANDES-SN. Sediado pela APROFURG Seção Sindical, o encontro tem como tema central "Projeto histórico e educação: a luta do sindicalismo classista".

4° CONEd

Até o dia 4 de março, a Secretaria do CONEd estará recebendo inscrições de trabalhos para o 4º CONEd. Já os participantes que não apresentarão pôsteres têm até o dia 2 de abril para se inscreverem pela internet ou pelo correio. O site do CONEd é www.coned.org.br e o endereço da secretaria é rua Borges Lagoa, 208 – Vila Clementino, São Paulo – CEP: 04038-000.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 5571-5202, pelo fax (11)5572-5412 ou pelo e-mail 4coned@coned.org.br

Ações jurídicas

Professor, compareça à APUBH para cadastrar sua senha para consulta de suas ações jurídicas na home page (www.apubh.org.br).

Fórum Social Mundial

Entre 31 de janeiro e 5 de fevereiro, Porto Alegre (RS) sedia o II o Fórum Social Mundial. A APUBH contribui para o sucesso do evento apoiando a confecção da cartilha "Auditoria Cidadã da Dívida", cuja autoria conta com a participação do professor Elias Antônio Jorge

Inovações pedagógicas em língua portuguesa

O Serviço Social do Comércio de Minas Gerais (Sesc-MG) promoverá em junho a II Mostra de Inovações Pedagógicas em Língua Portuguesa, que selecionará projetos desenvolvidos na área de literatura e português com cunho inovador. Os trabalhos devem ser de autoria de professores da educação infantil, ensino fundamental e médio da Região Metropolitana da Belo Horizonte.

Os quatro projetos selecionados em primeiro lugar serão apresentados pelos autores aos integrantes da mesa e ao público participante do evento, que será realizado no dia 28 de junho na sede do SESC-MG.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 3279-1455, no horário de 9 às 18 horas.

43º CONAD

Plano de lutas do setor das IFES aprovado no 43º CONAD :

1) Reforçar a organização e o trabalho do Fórum Estadual de Lutas e reivindicar da Central um claro posicionamento contra o pacote de novembro de 2001.
2) Discutir, no âmbito dos SPF, a criação de uma comissão voltada para o estudo e elaboração de princípios gerais e diretrizes básicas que orientem a definição de planos de carreiras no serviço público.
3) Desenvolver ações conjuntas com entidades do movimento sindical e popular e outras entidades da sociedade civil buscando ampliar a mobilização contra a corrupção no âmbito do Estado.
4) Denunciar e debater a ingerência dos conselhos profissionais nas Instituições de Ensino Superior – IES.
5) Contribuir politicamente para a organização e realização de plenárias dos SPF estaduais e/ou regionais com a participação da coordenação nacional.
6) Defender a participação da ANDES na Conferência Internacional Contra a Desregulamentação e em Defesa dos Direitos Trabalhistas para Todos, a ser realizada em fevereiro em Berlim.
7) Denunciar, por intermédio dos veículos de comunicação da ANDES e através dos eventos aos quais o sindicato se fizer presente, a postura autoritária adotada pelo governo no decorrer da greve, o que trará nefastas conseqüências para o Sistema Federal de Ensino.
8) Manter a luta pela valorização do Sistema Federal de Ensino, incluindo-se aí todas as instituições de educação básica e educação superior, em todas as modalidades.
9) Convocar reuniões dos GT correspondentes aos temas das mesas e dos grupos de trabalho, negociados com o MEC.
10) Priorizar na pauta de trabalho do setor o acompanhamento dos seguintes temas: Reajuste das tabelas salariais decorrente da aprovação do PL 5805/01; PL 5299/01 (revisão e política salarial dos SPF); PL 5483/01 (flexibilização da CLT); decreto de regulamentação da GID; decreto nº 4010/01 (transfere para o presidente da República a responsabilidade pela liberação e/ou corte de pagamentos); MP nº 10 de 13 de novembro de 2001 (altera a lei nº 8745/93 para permitir contratação de pessoal por tempo determinado para substituir grevistas – proposta do Executivo de PL que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos) e ações judiciais contra Paulo Renato.
11) Prepara um memorial sobre as greves que mobilizaram o Sindicato em 2001, envolvendo os diferentes setores, visando à divulgação durante o próximo congresso.

Incorporação da GED pelos aposentados

O processo de mandado de segurança nº 2001.022326-4, referente à incorporação da GED pelos aposentados e pensionistas da UFMG, substituídos processualmente pela Apubh, teve sentença do mérito julgada procedente pelo juiz federal da 19ª Vara da Justiça Federal. Isso significa que o processo foi julgado procedente para a incorporação da GED aos substituídos pela Apubh.

A UFMG pode recorrer da decisão de primeira instância. Ainda cabem, portanto, recursos aos seguintes tribunais: Tribunal Regional Federal (TRF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

A sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório. Isto é, o processo terá que ser analisado por, pelo menos, mais uma instância judicial, independentemente de recurso próprio da UFMG.

Governo encaminha ao Congresso projeto antigreve no serviço público

O governo federal encaminhou, na última semana de dezembro de 2001, para exame do Congresso Nacional, projeto de lei para regular a greve dos servidores públicos. Três aspectos chamam a atenção no projeto. O primeiro estabelece que, caso a greve seja considerada ilegal, o governo poderá descontar os dias parados. Na hipótese de o movimento paredista ser considerado legal, os dias parados terão de ser repostos. O segundo exige que a deliberação de greve seja tomada em assembléia geral com a presença mínima de dois terços dos integrantes da categoria e aprovada por maioria absoluta dos presentes. O terceiro trata da comunicação à administração pública da realização da greve, que deverá acontecer com no mínimo 30 dias de antecedência, prazo necessário para que o governo possa apresentar proposta conciliatória.

Como se vê, esse projeto não regula o exercício do direito de greve nos serviços públicos, mas sim frustra o exercício de um direito assegurado pela Constituição de 1988.

A greve na mídia

Com o encerramento da greve nas Instituições Federais de Ensino, em 7 de dezembro, são muitas as avaliações e reflexões que deverão ser feitas. No geral, o que se viu foi uma postura firme dos docentes, no que diz respeito à defesa de um ensino público gratuito e de qualidade, diante de um governo descomprometido com as causas da educação. Até aí, tudo bem. Cada um no seu papel. Mas, e a imprensa? Qual foi o comportamento dos veículos de comunicação diante de uma greve que teve a duração de 108 dias?

De um modo geral, repórteres e editores mantiveram a tão necessária imparcialidade em suas coberturas. As diretrizes para a greve foram legítimas: nada de greve "vermelha", discursos inflamados e sem fundamento ou palavras de ordem soltas ao vento. Tal postura, sempre enfatizada nas entrevistas concedidas pelos diretores da Apubh e membros do Comando Local de Greve, contribuiu, em muito, para que a voz dos docentes alcançasse a população sem deturpações.

O saldo desse esforço não poderia ser melhor: informações confiáveis, de qualidade e em tempo hábil. Elas estiveram ao alcance de todos os públicos através de rádios, revistas, jornais, sites e TV´s, tanto em nível local, quanto nacional. Ao longo da paralisação, foram mais de 3.200 centímetros por coluna na mídia impressa; 8:30 horas de entrevistas concedidas à televisão e 6:00 horas de debates e notícias no rádio.

A Press Comunicação Empresarial, empresa responsável pela assessoria de imprensa das atividades da greve, se orgulha por ter participado desse processo, intermediando o contato com a imprensa nesse período e só tem a agradecer pelo resultado dessa parceria. É fundamental destacar que a greve não teria esse espaço na mídia espontânea se não fosse a disponibilidade, coerência, visão política espírito de luta de toda a equipe da Apubh, Comando Local de Greve e docentes num todo. Foi, sem dúvida, uma postura que só reforçou o êxito do trabalho de todos nós.

Muito obrigado!

Robson Rajão – Diretor Press Comunicação Empresarial

Balancete da greve

A Diretoria da APUBH apresenta, para seu conhecimento, o Balancete Financeiro da Greve dos Professores da UFMG referente ao período de 20 de agosto a 07 de dezembro de 2001.

HISTÓRICO	RECEITAS	DESPESAS	SALDO
Receitas – Fundo de Greve	2.416,95		
Pessoal		3.258,87	
Assessoria Imprensa		9.976,50	
ANDES-SN – CNG		4.527,50	
Passagens, Diárias e Hospedagens		63.448,65	
Publicação e Divulgação		39.585,83	
Despesas Gerais		20.810.63	
Material de Consumo		6.325,40	
TOTAL	**2.416,95**	**147.933,38**	**(145.516,43)**

O balancete detalhado está disponível na Secretaria da APUBH

Deliberações das AG´s

Durante a greve, algumas das deliberações das Assembléias Gerais da UFMG não foram implementadas em função de impossibilidades momentâneas.

Dentre elas, estão:

- Instalação de relógio no campus da Pampulha e no campus Saúde para contagem regressiva do tempo do Governo FHC e contagem progressiva da dívida externa;
- Seminário sobre carreira docente.
- Instalação de uma tribuna internacional na UFMG para cassação de todos os títulos honoríficos do presidente Fernando Henrique Cardoso, com participação de representantes das universidades que lhe concederam tais títulos e de entidades ligadas a C&T devido ao seu pronunciamento de 27/11/01 sobre a função do professor;
- Realização de evento festivo no qual fossem homenageados deputados da bancada mineira que se empenharam no reconhecimento da greve e que se dedicaram ao encaminhamento das negociações e desfecho do movimento.

A diretoria da APUBH, atenta às decisões de suas instâncias, está se empenhando para concretizar as deliberações no menor espaço de tempo possível.

IMPRESSO